
NOVOS PARADIGMAS

A agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é perseguida por governos e instituições em todo o mundo, como um desafio para transformar o modelo de desenvolvimento global. Conheça iniciativas das Instituições Financeiras de Desenvolvimento para auxiliar o país a alcançar essas metas. **POR CARMEN NERY**

Depois da bem-sucedida experiência de 15 anos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que vigorou entre 2000 e 2015, outras demandas sociais levaram o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a criar, em 2015, novas metas reunidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com vigência até 2030. Passados cinco anos, e com mais dez para atingir os objetivos, os resultados até aqui mostram que ainda há muito a se alcançar.

O Sistema Nacional de Fomento, grupo que reúne as Instituições Financeiras de Desenvolvimento brasileiras, está atento a esses desafios. Em 2015, a Resolução 4.327/2014 do Banco Central determinou a criação de políticas de responsabilidade socioambiental com diretrizes nas relações com os clientes, sociedade, fornecedores e empregados. Desde então, vários bancos de desenvolvimento e agências de fomento vêm adotando os ODS como diretriz estratégica, seja na atuação operacional ou na avaliação de riscos dos projetos. As ações contemplam o público interno e principalmente as novas linhas de financiamento a projetos sustentáveis.

“Há um interesse cada vez maior das instituições de fomento em conhecer os ODS e, sobretudo, implementar programas financiados de maneira diferente. Essas instituições conhecem o que foi acordado na 3ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, com a Agenda de Ação de Adis Abeba de 2015. As instituições estão procurando implantar os ODS nas operações do dia e há interesse em como levantar recursos públicos para compor o *blended finance*, aumentando o fluxo de recursos em benefício de todos. Fala-se cada vez mais em finanças inovativas, mas sabemos que isso demanda tempo”, analisa Haroldo Machado Filho, assessor sênior do PNUD no Brasil.

A mudança pode ser lenta devido à cultura institucional, em que muitas vezes é difícil romper certas barreiras. Ele esclarece que o PNUD não tem recursos próprios e todos os programas e projetos de desenvolvimento são realizados com participação de parceiros. Porém, tudo o que o sistema Nações Unidas faz tem o arcabouço do desenvolvimento sustentável, com um plano estratégico que tem foco em três grandes objetivos: erradicação da

pobreza; aceleração de transformações estruturais; e construção de resiliência frente a crises e choques, como a atual pandemia.

“Precisamos de ações coordenadas e a integração dos ODS é fundamental para mantermos as pessoas fora da pobreza, fortalecer a governança, melhorar a prevenção e a recuperação de crises, tentar promover soluções baseadas na natureza, aumentar o acesso à energia e avançar na igualdade de gênero”, reforça Machado. Apesar da integração dos ODS, um dos mais desafiadores para ele é o objetivo que prevê a redução das desigualdades entre os países e dentro dos países.

“A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e seus associados têm obtido avanços com a ampliação do crédito, em especial às micro e pequenas e médias empresas, sobretudo em relação às medidas contracíclicas de resposta à Covid-19. Katyna Argueta, representante-residente do PNUD no Brasil, reiterou em correspondência ao novo presidente da ABDE, Sergio Gusmão Suchodolski, o compromisso do PNUD em colaborar com a entidade na promoção e alcance dos ODS. Nossas equipes técnicas têm discutido memorandos de entendimento que vão permitir o desenvolvimento de atividades para apoiar a adoção dos ODS pelo Sistema de Fomento Nacional”, sinaliza Machado.

HIATO DE FINANCIAMENTO

Otaviano Canuto, ex-vice-presidente do Banco Mundial e membro sênior do Police Center for New South, diz que apenas os organismos multilaterais e as instituições de fomento não dão conta de que os países atinjam os ODS. Ele defendeu também a necessidade de padronização de processos e métricas.

“A última estimativa revela que há um hiato de financiamento necessário para se alcançar os ODS da ordem de US\$ 2,5 trilhões por ano. Os bancos mul- »

tilaterais sozinhos não serão suficientes. Há uma mudança crescente no mercado financeiro para atendimento ao componente ASG (dimensões Ambientais, Sociais e de Governança), temos de explorar essa concorrência para reduzir o hiato”, diz Canuto.

Para ele a padronização dos modelos para emissão dos relatórios vai permitir uma harmonização da coleta de dados e a comparabilidade. Canuto afirma que é muito importante a demonstração do retorno da agenda ASG, a fim de mudar a percepção de que projetos sustentáveis custam caro. “Internacionalmente, essa passividade está dando lugar a um ativismo das novas gerações, como os *millennials*, que são cada vez mais proponentes”, observa.

Segundo Canuto, o Banco ABC Brasil anunciou uma linha de R\$ 525 milhões com o BID Invest para a oferta de *social bonds*, que também já foram lançados pela Guatemala, Polônia, México e Chile. Trata-se de um título que, além da promessa do retorno, mensura o impacto que terá em alguma dimensão social. “É um trabalho de várias mãos, com bancos multilaterais atuando em parceria com investidores privados, ou fazendo cofinanciamento para aumentar o volume de recursos canalizados para os ODS e a Agenda ASG. Instituições como a ABDE podem qualificar regras e conscientizar os tomadores dos recursos”, reitera Canuto.

Para Sebastian Sommer, diretor de projeto FiBraS da Sociedade Alemã para Cooperação Internacional (GIZ), as instituições financeiras de desenvolvimento podem desempenhar um papel integral para alcançar as metas de desenvolvimento sustentável e os ODS podem ser usados como uma ferramenta para avaliar ações, investimentos e seus efeitos.

Sommer reconhece que nem todas as atividades geram um efeito positivo em todos os 17 ODS. Neste sentido, os ODS podem ser utilizados como uma metodologia para evitar efeitos prejudiciais em qualquer outra dimensão. Este princípio de “não causar dano” (“*do no harm*”) é uma importante função de salvaguarda que pode ser alinhada com os ODS. “Na GIZ, a Agenda 2030 e



Haroldo Machado Filho, assessor sênior do PNUD no Brasil.

os ODS orientam nosso trabalho. Os Objetivos estão integrados no planejamento, implementação e monitoramento de todos os novos projetos. Isto resulta em novos incentivos para apoiar projetos e parceiros comprometidos com os ODS, aumentando ainda mais a qualidade, o impacto e a sustentabilidade de nossos projetos”, informa, exemplificando com o apoio da GIZ à implementação do Programa “Iniciativa Agenda 2030” do Ministério Federal Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento, com foco em países parceiros de cooperação selecionados, como o Brasil.

Ele explica que a GIZ é uma empresa pública alemã de cooperação técnica internacional, que há mais de 50 anos implementa projetos em nome do governo alemão em conjunto com seus parceiros brasileiros. O



tema de finanças e investimentos sustentáveis desempenha um papel cada vez mais importante. A GIZ trabalha em conjunto com bancos e agências brasileiras de fomento em várias iniciativas.

MERCADO VERDE

Sommer destaca o projeto Finanças Brasileiras Sustentáveis (FiBraS). Em conjunto com seus parceiros locais, como o Ministério da Economia, o Banco Central do Brasil, o Laboratório de Inovação Financeira (LAB) e a ABDE, a GIZ está trabalhando com o objetivo de fortalecer as condições para o desenvolvimento do mercado de financiamento verde e sustentável no Brasil.

“Uma das atividades atuais conduzidas com a ABDE e apoiada tecnicamente pela OCDE inclui a promoção de abordagens de instrumentos financeiros combinados, os chamados *blended finance*. Em breve, será iniciada outra cooperação com a ABDE com o objetivo de integrar critérios de sustentabilidade nas instituições financeiras de desenvolvimento no Brasil, onde os ODS serão utilizados como estrutura orientadora”, elenca Sommer.

Para Sommer, há na América Latina desafios comuns a todos os países da região, como incluir na agenda de desenvolvimento, além das questões sociais e da redução da desigualdade, também os temas econômicos e ambientais para garantir a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento.

“É um desafio para o Brasil manter as conquistas já alcançadas, sobretudo nas áreas social e ambiental, especialmente em tempos da pandemia. A importância de um maior alinhamento com os fatores de sustentabilidade cresce ainda mais por causa dos processos de reforma pública, que, mesmo antes da Covid-19, já indi-

cavam uma redução significativa nos gastos públicos”, diz Sommer.

Ao mesmo tempo, ele acredita que esse momento desafiador é uma oportunidade para os bancos de desenvolvimento e as agências de fomento que têm um mandato normalmente ligado à sustentabilidade. Um desempenho positivo em relação ao ODS pode, portanto, fortalecer a discussão sobre o *raison d'être* (razão de existir) dessas instituições.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conta com um portal, em que apresenta uma série de informações e dados a respeito da sua atuação relacionada aos indicadores dos ODS. De acordo com a instituição, os produtos do banco possuem uma forte relação com essa agenda porque, em sua maioria, têm grande impacto na vida das pessoas, no meio ambiente e no desenvolvimento do país, em especial os projetos ligados a energia limpa, educação, saúde, infraestrutura, saneamento, mobilidade urbana, logística e agricultura sustentável.

O portal, que já está no ar e estará completamente finalizado com os 17 ODS em dezembro deste ano, funciona por meio da parametrização que relaciona os objetivos dos produtos do BNDES e os setores econômicos das operações (CNAES) com as metas. Além disso, na revisão do Planejamento Estratégico, realizada no segundo semestre de 2019, o banco se comprometeu com 15 entregas para a sociedade por meio do desenvolvimento de um Plano Trienal – 2020/2022 – tanto as entregas quanto as orientações estratégicas estão relacionadas aos ODS.

Outras instituições de fomento em todo o país também estão avançadas na incorporação da agenda dos ODS em suas ações. Nas próximas páginas, a *Rumos* apresenta iniciativas bem-sucedidas de algumas destas instituições: o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), do Banco da Amazônia (Basa) e das agências de fomento dos estados do Rio Grande do Sul (Badesul), de Goiás (GoiásFomento), de São Paulo (Desenvolve SP), do Paraná (Fomento Paraná) e do Rio Grande do Norte (AGN). »



PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEL

Divulgação



Luiz Noronha, diretor-presidente do BRDE, diz que o banco sempre teve um rol de investimentos com características de sustentabilidade, como eficiência energética e agricultura de baixo carbono, mas não compunham um programa integrado que mostrasse o nosso comprometimento com o tema. “Também não havia muitos projetos em áreas importantes como uso eficiente e racional de água, créditos municipais urbanos sustentáveis, que deveríamos promover”, diz.

Em 2015, após a resolução do Banco Central sobre Responsabilidade Socioambiental, o banco criou o programa BRDE PCS (Produção e Consumo Sustentável). Noronha conta que, após sua chegada ao banco, o tema da sustentabilidade passou ganhar maior institucionalidade. Foi criada a Coordenadoria de Responsabilidade Socioambiental e elaborado um plano de ação baseado em três pilares: o primeiro vinculado à atividade bancária, e a medição de seu impacto passou a ser feita com a ferramenta A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública, desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente; o segundo pilar foi a avaliação de risco socioambiental dos projetos. “Quando fechamos o primeiro contrato internacional de crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no total de 800 mil euros, em 2017, eles montaram o Sistema de Avaliação de Risco Socioambiental, que atende a este segundo pilar”, diz Noronha. O terceiro pilar é a identificação e aproveitamento das oportunidades.

O PCS tem linhas de financiamento em cinco áreas: Agricultura Sustentável; Energias Limpas e Renováveis; Uso Racional e Eficiente da Água; Gestão de Resíduos e Reciclagem; Cidades Sustentáveis. O programa entrou em operação em 2016 e desde então é o mais demandado da instituição. Eduardo Grijó, coordenador da Responsabilidade Socioambiental do ban-

co, informa que já foram financiados mais de mil contratos em pouco mais de cinco anos, somando R\$ 2,18 bilhões em projetos, em sua maioria com o setor privado.

O programa foi um dos 19 *cases* do setor privado reconhecidos pela ONU por intermédio da Rede Brasil do Pacto Global, em 2018, devido aos resultados obtidos desde 2016. A atuação do BRDE para o alcance dos ODS foi reconhecida no “SDGs in Brazil – The role of the private sector” (ODS no Brasil – O papel do setor privado), evento realizado em Nova York durante a 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. “Após um estudo interno, identificamos que a nossa carteira de crédito possuía, na média para os últimos cinco anos, 83% de aderência com os ODS, e que alguns projetos possuem impactos em dois ou até quatro Objetivos”, diz Noronha. A avaliação do impacto total nos ODS foi de 113% da carteira.

Grijó destaca que os ODS são integrados e indivisíveis, e que em uma avaliação mais rigorosa é esperado que um projeto sustentável atinja a mais de um objetivo conjuntamente. “Precisamos avançar muito nesta contabilidade e mensuração de impacto”, comenta.

Um exemplo é o projeto da Móveis Paulo, baseado em energia fotovoltaica, cujo ODS alvo é o oito – energia limpa e renovável. A empresa obteve um financiamento de R\$ 2,8 milhões para um projeto solar fotovoltaica na sede da companhia. A fabricante opera há 42 anos em São Bento do Sul (SC) e produz móveis de madeira com pés. Mais de 90% de sua produção é exportada.

“O financiamento com o BRDE tem capital francês e prazo de pagamento de 10 anos. Mesmo sendo baseado em euros, não chega a haver risco cambial porque exporto em euros também”, destaca Djoni Kurowsky, diretor da Móveis Paulo. Ele afirma que a empresa utiliza madeira de reflorestamento, possui mais de 1,4 mil placas solares e é autoprodutora de energia, gerando 50% de seu consumo.

Para o BRDE, o projeto entrega mais do que energia limpa e renovável; atende também os ODS 8 (crescimento econômico sustentável), 12 (produção e consumo sustentáveis) e 13 (ação climática, pelo sequestro de carbono promovido pelas florestas).

IMPACTO E EFETIVIDADE

O BDMG foi vencedor na categoria Best Socio-Economic Impact Bank – Brazil 2020 pelo CFI.co Awards (Capital Finance International), como melhor banco de impacto socioeconômico do Brasil. A instituição tem como meta corporativa destinar pelo menos 30% do total desembolsado a operações vinculadas a ao menos um ODS, informa Aduino Modesto Jr., economista-chefe da instituição.

“Até agosto, o BDMG acumula um volume total desembolsado de R\$ 1,6 bilhão, sendo 43% desse total (R\$ 703,1 milhões) destinados a operações vinculadas a algum dos ODS. Esse volume de recursos atendeu cerca de 6.119 clientes, de 550 municípios, sendo 83% deles (454) com IDH abaixo da média brasileira”, elenca Modesto Jr.

O economista diz que o sistema de enquadramento e taxonomia garante que as vinculações sejam realizadas somente quando existem evidências claras do impacto de cada operação ao ODS. Desde 2019, uma equipe interna do banco tem desenvolvido novas formas de atuação para melhor mensurar as atividades do BDMG no tema de impacto. O objetivo final é ir além dos indicadores financeiros e de desembolso para capturar informações sobre a efetividade dos empréstimos concedidos.

“A metodologia aplicada tem duas abordagens: *ex-post*, após a concessão do crédito para enquadramento das atividades e projetos; e *ex-ante*, no momento em que as operações são formatadas. Os projetos podem ser enquadrados como Social ou Sustentabilidade, a depender da natureza, finalidade, público-alvo e impactos de cada projeto”, explica Modesto Jr. Assim, há pelo menos um indicador de impacto por categoria, seguindo as melhores práticas internacionais. “A medição do impacto é realizada um ano após a implementação, tendo como linha de base o desempenho do cliente antes da implementação do projeto financiado”, completa.

O comprometimento com a sustentabilidade se confirma também com o reconhecimento de signatário do Pacto Global da ONU, a partir de março de 2020. Outra ação importante foi a construção do Framework de Títulos Sustentáveis, ou Framework ODS. O primeiro passo foi o lançamento, ainda em 2018, do Framework de emissão de Títulos Verdes. Em 2019, o banco revisou as categorias e indicado-

res de projetos verdes do Framework ao implementar o sistema de enquadramento de operações e monitoramento de impacto.

A estrutura do novo Framework foi construída de acordo com os Princípios para Títulos Verdes 2019 (Green Bond Principles 2019), os Princípios para Títulos Sociais 2019 (Social Bond Principles 2019) e as Diretrizes para Títulos Sustentáveis 2018 (Sustainability Bond Guidelines 2018). O BDMG foi o primeiro banco de desenvolvimento brasileiro a publicar um Framework para captar recursos voltados à emissão de títulos sintonizados com os ODS. Na sequência, recentemente, o banco obteve a Second Opinion emitida pela Sustainalytics, o que endossa a emissão de títulos sustentáveis para captação de recursos no mercado.

O banco definiu 11 categorias de projetos potencialmente elegíveis, atendendo a 13 dos 17 ODS e a 28 das 169 metas. Os setores contemplados no programa são divididos em duas categorias. A verde inclui Agricultura sustentável e gestão sustentável de recursos naturais; Energia renovável e eficiência energética; Saneamento; Transporte limpo; Prevenção e controle da poluição. A social reúne Saúde; Educação; Inclusão de gênero; Micro e pequenas empresas e Geração de emprego; Urbanização inclusiva e sustentável; Recuperação econômica após desastres; e acesso a serviços essenciais.

Unsplash



SUSTENTABILIDADE COMO BASE

Márcia Mithie Kitagawa da Costa, gerente executiva de planejamento do Banco da Amazônia, informa que o Basa atua direcionado ao desenvolvimento sustentável da região Amazônica, respondendo por 62% do crédito de fomento da Região Norte, com atuação calçada em sua política de responsabilidade socioambiental. O banco criou a política em 2015, para atender a determinação do Banco Central e aplicá-la nas avaliações de crédito, com um olhar especial ao risco socioambiental.

A instituição também adota ações internas e na relação com os fornecedores. O Programa Amazônia Recicla visa a orientar os empregados para que tenham consciência da necessidade de reciclagem. O Amazônia Otimize procura promover a consciência na utilização de recursos como água, energia, impressão.

“A sustentabilidade é a base de nosso posicionamento estratégico. Nas linhas de financiamento, o objetivo é desenvolver uma Amazônia Sustentável. Cuidamos dos planos de aplicação do FNO, principal *funding* do Basa. Somos um banco de fomento que propicia o desenvolvimento sustentável”, resume Márcia Mithie. Ela diz que a política traz regramentos que vão sendo observados na jornada da concessão do crédito desde a avaliação.

“Temos vários critérios de vedações, a exemplo de empresas já condenadas por dano ambiental, por formas degradantes de trabalho ou por condições análogas ao trabalho escravo, por vínculos à exploração sexual ou de trabalho infantil, exploração predadora de espécies florestais, transformação do minério em ferro gusa. Tudo isso são critérios de vedação. Estamos falando em preservar a Amazônia”, ressalta Márcia.

O Banco da Amazônia fez parceria com a *startup* Terras APP Solutions, para uso de aplicativo de análise dos imóveis rurais e gerenciamento de risco socioambiental. “Colocamos critérios restritivos, condicionais e informativos, que são nossas regras internas de concessão de crédito, inclusive para o agricultor familiar e não apenas os grandes produtores”, diz a gerente.

O banco também procura induzir melhores práticas, como reflorestamento e o uso de energias limpas. Entre as linhas, estão produtos voltados à Agricultura de Baixo Carbono (ABC), à indução ao empreendedorismo feminino na zona rural, à energia verde, aos

projetos de saneamento e energia renovável, além de linhas para a agricultura familiar. “Conseguimos mapear várias iniciativas alinhadas com os 17 ODS. Para 2021, vamos identificar quais programas estão vinculados a quais objetivos”, sinaliza Márcia.

A Ferpam (foto), especializada no varejo de ferramentas e máquinas, obteve um financiamento do Programa FNO Energia Verde no valor de R\$ 270 mil para um projeto de energia solar, com instalação de 300 placas nos galpões de 2,1 metros quadrados da empresa em Palmas, capital do Tocantins. Além do ganho para o meio ambiente, há ganhos financeiros, visto que a conta de energia caiu de R\$ 9 mil para R\$ 3 mil, além de contar com isenção de 80% do IPTU, que passou de R\$ 33 mil para R\$ 8,5 mil.

“O *pay back* seria em 3,5 anos. Em menos de 3 anos, já economizamos bastante e obtivemos o retorno. Com a vantagem que o FNO investiu em 80% do projeto e entrei com apenas 20%. O novo prédio foi financiado pelo Basa, o que me permitiu deixar de pagar aluguel e passar de 90 para 130 funcionários, porque baixei os custos e ampliei o espaço de 2,1 mil m² para 3,4 mil m² de loja. Hoje, inclusive, agreguei as placas fotovoltaicas ao portfólio de produtos da loja”, comemora Ivan Ricardo Sales Inácio, diretor da Ferpam.



Divulgação

TRABALHO CONJUNTO

O Badesul criou o Comitê de Responsabilidade Socioambiental em junho de 2018, quando foi formalizado o Programa Badesul de Sustentabilidade. O programa estabelece os compromissos com os parceiros, clientes, funcionários e demais partes interessadas e está alicerçado em quatro pilares: ambiental, econômico, social e conhecimento do capital humano.

“As pessoas precisam ter conhecimento para ajudar na ponta um projeto ou operação com requisitos de um ODS ou operação sustentável. O Programa de Sustentabilidade tem o chamamento das pessoas de dentro para fora e de fora para dentro, atendendo desde as questões comportamentais até as questões técnicas dos ODS e dos indicadores, e arcabouço regulatório do Banco Central”, diz José Cláudio dos Santos, vice-presidente e coordenador do Comitê de Responsabilidade Socioambiental, acrescentando que os colaboradores também podem encaminhar ideias para reciclagem, reutilização e redução de consumo.

Ele observa que vivemos a era dos limites, com um consumo relevante das fontes naturais, o que terá um preço para as futuras gerações. É preciso otimizar os recursos e compensar as questões do planeta que foram agravadas pela densidade demográfica e econômica. “O Badesul tem de trabalhar numa linha em que a visão do desenvolvimento seja sempre a partir de projetos sustentáveis. Nossa diretriz está alinhada à Agenda 2030, da porta para dentro, com nossos colaboradores, e principalmente com nossos clientes em seus projetos. Seja nas operações da indústria, no campo, nas fontes de energia e nos municípios, onde tudo acontece”, resume Santos.

A superintendente de Governança e Compliance, Denise Raupp, diz que após criar a política de Responsabilidade Socioambiental em 2015, o programa trouxe para o Comitê colaboradores das áreas de operação – agronegócio, empresarial, municípios – e uma atenção maior em relação aos ODS. “Não tínhamos ainda a questão do risco socioambiental nas carteiras de crédito; a partir do programa passamos a olhar para essas questões”, diz Denise.

Santos diz que o Comitê (foto) tem a participação de diversas áreas, como as de marketing,

Divulgação



compliance, crédito e risco, além de todas as áreas de operação: agronegócio, empresarial, municípios, operações, gestão de pessoas, inovação. Em termos práticos, a empresa tem programas como o de reciclagem, cujos resultados econômicos são destinados a uma instituição. “Internamente procuramos reciclar, reutilizar e digitalizar”, diz o vice-presidente.

Clarissa Cogo, Superintendente de Agronegócios, diz que em operações foi necessário realizar um treinamento sobre os ODS nas áreas voltadas para o setor público, agronegócio, empresarial e ver de que forma as operações se enquadravam aos ODS. “Dos 17 objetivos, os que mais se enquadram são os de número 8 (trabalho e crescimento econômico) e 11 (cidades e comunidades sustentáveis). Fomos enquadrando as operações, mas não é um processo fácil, e para 2021 vamos alinhar os nossos objetivos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”, diz Clarissa.

O segundo passo é utilizar os ODS como diretriz para a seleção de projetos. Santos diz que será realizado um amplo programa de capacitação, inclusive da sociedade, e será dada visibilidade aos projetos que têm boas práticas de sustentabilidade. “Não queremos trabalhar com penalidade e sim com o princípio da premiação, reconhecimento e estímulos por meio de melhores condições de projetos que têm efetividade na aplicação de técnicas sustentáveis”, sinaliza o vice-presidente do Badesul. Ele destaca as linhas no BNDES para energias renováveis, em que o Badesul foi pioneiro na instalação de parques eólicos e já está trabalhando no uso de biogás e linhas para energias fotovoltaicas.

Lucas Boff, técnico em desenvolvimento, atua na Superintendência de Crédito e Riscos monitorando os riscos socioambientais das operações. Ele diz que as operações são avaliadas antes e depois de as operações entrarem no banco, por meio de um formulário. “E mensalmente todas as operações da carteira são avaliadas por meio de mecanismos automatizados, e isso acaba refletindo no risco da nossa instituição”, diz Boff.

AGRICULTURA FAMILIAR

Na Agência de Fomento do Rio Grande do Norte, as linhas de crédito para agricultura familiar atuam conectadas com os ODS. Desde sua implantação em 2019, a linha beneficiou mais de 200 famílias que atuam no segmento. Ao todo, o financiamento para aquisição de equipamentos e capital de giro garantiu um apoio total de R\$ 650 mil para as mais diversas regiões do estado.

“Estamos participando constantemente de capacitação relacionada aos ODS. E temos uma parceria com a Secretaria de Agricultura Familiar à qual está vinculada a Emater, Sebrae, Cooperativas e associações de agricultura familiar. Não se trata apenas do crédito chegando na ponta, há todo um ecossistema criado porque existe uma integração do trabalho com o programa de compra direta. Um total de 30% da compra do estado é direcionado à agricultura familiar. O acesso ao crédito tem sido democratizado”, destaca Márcia Maia, diretora-presidente da AGN.

O apoio ao setor, realizado em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Sedraf), visa a estimular uma agenda pró-desenvolvimento a partir do cumprimento dos ODS. Dentre eles, destacam-se os ligados à erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, igualdade de gênero, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, parcerias e meios de implementação, bem como o consumo e produção responsáveis.

“Dentre as 65 liberações de financiamentos realizadas, ainda no mês de agosto, 68% dos clientes eram mulheres com atuação na agricultura familiar e contemplaram 21 cidades de diferentes regiões, culturas e negócios conectados com a agricultura familiar e a economia solidária”, diz Márcia Maia.

Na cidade de Bom Jesus, a cerca de 65 quilômetros de Natal, Cícera Franco, filha de agricultor e responsável por uma produção de hortaliças e outros vegetais, transformou por completo a sua trajetória e da família por meio da agricultura familiar. O terreno que antes tinha grande parte da produção entregue a atravessadores, agora produz uma variedade de produtos, em especial hortaliças, fornecidos diretamente para a feira livre na cidade e para consumidores da capital potiguar.

O cultivo, antes limitado ao pai, ganhou a companhia das irmãs Joana D’Arc, Maria Iraneide, Maria Renilda, Francisca Sizelia e do irmão Francisco das Chagas, além dos cônjuges e filhos que passaram a integrar a unidade produtiva. Recentemente, a produção ganhou o reforço de um motocultivador adquirido com recursos da linha da AGN e que tem poupado tempo e ampliado a produtividade.

Márcia Maia diz que a meta inicial da linha de financiamento que atendeu Cícera e outros empreendedores ligados à economia rural do estado é de R\$ 1 milhão. Uma iniciativa que permite a democratização do crédito e promove o desenvolvimento humano, social e econômico.

“É um marco histórico para nós, agricultores familiares, ter acesso a um crédito sem burocracia. Criaram um crédito confiando no nosso trabalho, e que traz a oportunidade para que outros agricultores tenham acesso”, afirma Cícera Franco, que, além de agricultora familiar, é coordenadora de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Bom Jesus, presidente da CoopPotengi e coordenadora de Organização da Produção, Comercialização e Cooperativismo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-RN).



Alan Vasconcelos

EMPREENDEDORISMO JUVENIL



A adesão aos ODS pela GoiásFomento começou em 2019, com a elaboração do Planejamento Estratégico da agência de fomento, alinhado ao plano do governo local, que criou a Comissão Estadual para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Rivaél Aguiar, presidente da GoiásFomento, diz que dentre as diretrizes há vários eixos estratégicos dos quais a GoiásFomento contribui mais diretamente: ação social e trabalho, desenvolvimento regional, fomento ao setor produtivo e políticas setoriais, iniciativas que contemplam os ODS números 1, 2, 5, 8, 9, 10, 12 e 17.

Aguiar diz que o objetivo macro da GoiásFomento é promover a geração de emprego e renda por meio do fomento ao empreendedorismo. A meta é atingir R\$ 91 milhões em operações; contemplando 1.500 beneficiários; e com a geração de 2.100 empregos diretos e indiretos. Até agosto, já foram atingidos R\$ 51,2 milhões em operações; 1.109 beneficiários; 1.800 vagas de empregos.

“De 2021 a 2022 queremos chegar a R\$ 200 milhões em operações; contemplando 8.000 operações e 31.500 vagas de empregos. Há condições facilitadas para regiões mais carentes, definidas por meio do índice municipal de carência das famílias (IMCF), para mulheres empreendedoras, estudantes, produtores da agricultura familiar. Sempre focado na geração de emprego e renda”, ressalta o presidente.

Entre as principais iniciativas estão o Programa Goiás Empreendedor; Linhas de crédito, investimento e políticas de financiamento dos empreendimentos econômicos solidários; Apoio ao associativismo e ao cooperativismo; e Fomento ao empreendedorismo juvenil.

No início deste ano, a agência anunciou linhas de crédito especiais voltadas para o empreendedorismo feminino dentro do programa “Mulher empreendedora”, com 12 meses de carência e 60 meses para pagamento, além de juros subsidiados.

A agência também possui ações de apoio e fomento às novas empresas tecnológicas, e do fortalecimento da agricultura familiar, com assistência técnica, incentivando o associativismo e facilitando o acesso ao crédito.

PARCERIA INTERNACIONAL

Entre as ações do Desenvolve SP em consonância com os ODS, estão programas como o Novo Rio Pinheiros, que, em setembro, desembolsou o quarto e maior investimento para a execução de obras do rio Pinheiros, na capital paulista. O financiamento, no valor de R\$ 70 milhões, foi aprovado para a empresa Allonda dentro da linha de crédito Economia Verde, que apoia projetos sustentáveis. “Essas obras vão beneficiar 58 mil casas com ligação à nova rede de esgoto que será construída atendendo a vertentes dos 17 ODS, agenda de ações até 2030 que compõem as diretrizes do trabalho da Desenvolve SP”, destaca o presidente da Desenvolve SP, Nelson de Souza.

Em agosto deste ano, a instituição captou US\$ 50 milhões com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) para o financiamento de novos projetos alinhados com os ODS. Foi a primeira agência de fomento brasileira a captar recursos diretamente no mercado internacional, sem garantia soberana.

“O acordo com o CAF é resultado de um trabalho de excelência do Desenvolve SP com o objetivo de ampliar as fontes de recursos para apoiar a retomada econômica do estado de São Paulo. A operação é resultado do posicionamento estratégico da empresa de iniciar captações internacionais. Esta é a primeira liberação entre várias negociações internacionais que vêm sendo realizadas”, diz Nelson de Souza.

No âmbito da parceria, serão priorizados projetos que apresentem vertentes de sustentabilidade alinhadas com os ODS, visando a impulsionar o crescimento econômico sustentável, promover a industrialização inclusiva, fomentar a inovação e adotar medidas para combater a mudança climática e seus impactos. No setor privado, serão financiados, principalmente, projetos com foco em inovação, aumento da produtividade, eficiência energética, energias renováveis e inclusão financeira. No setor público, os municípios serão atendidos em projetos de infraestrutura econômica e social com ênfase em melhorias de vias públicas, iluminação e saneamento.

O megaprojeto de políticas públicas Vale do Futuro, do Governo do Estado, prevê R\$ 2 bilhões (R\$ 1 bilhão em investimentos públicos e atração de mais R\$ 1 bilhão em recursos privados) e criação de 30 mil oportunidades de emprego, renda e empreendedorismo para a região do Vale do Ribeira até 2022. Pelo Desenvolve SP, a Linha de Crédito Vale do Futuro vai ao encontro do que preveem os ODS 8 e 11.

Para amparar o desenvolvimento econômico sustentável do Vale do Ribeira, região com o menor IDH de São Paulo, empreendedores podem contratar financiamentos para seus projetos com taxa de juros zero e prazo de até 60 meses para pagamento,



incluindo carência de 12 meses. Desde outubro de 2019, o Desenvolve SP já liberou R\$ 12,8 milhões em créditos para o programa Vale do Futuro. Para a iniciativa privada foram R\$ 10,3 milhões, e para as prefeituras, R\$ 2,5 milhões. São linhas de financiamento para municípios e crédito para capital de giro de micro, pequenas e médias empresas da região e financiamento a projetos de investimento, compra de máquinas, equipamentos e veículos a empresas do comércio, serviços, indústria e agronegócios.

“O Vale do Ribeira tem grande potencial de crescimento e é por isso que a agência está fomentando por meio de crédito, com o financiamento de grandes projetos para alavancar a atividade econômica na região, melhorando a qualidade de vida e aumentando as oportunidades da população”, explica o presidente do Desenvolve SP.

A consultoria de aquicultura Aquavale, criada por um morador da região, recém-formado em engenharia de pesca, conseguiu com recursos da agência desenvolver um ambiente sustentável para a criação de peixes. O projeto deve abastecer a indústria alimentícia local e de outros estados. A infraestrutura desenvolvida é abastecida por energia solar, dispensa a aplicação de hormônios e é capaz de reutilizar todos os resíduos gerados no processo.

Outro exemplo são os financiamentos, desde 2017, de mais de R\$ 5 milhões para construção de unidades de energia solar da Sun Mobi, empresa que abastece mais de 26 municípios com energia limpa. O consumidor não precisa instalar painéis solares na sua casa ou na empresa: basta contratar um pacote de créditos de energia, gerada e compartilhada pelas usinas solares da empresa.

COMPROMISSO LOCAL

Wellington Dalmaz, diretor de Operações do Setor Público da Fomento Paraná, recorda que a agência aderiu à Agenda 2030 em 2019, devido ao compromisso com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (Cedes), do governo estadual, que tem entre seus objetivos implantar a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no estado do Paraná.

A agência de fomento adaptou o Sistema de Financiamento aos Municípios, vinculando os componentes financiáveis aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para cumprir essa meta também foram incorporados novos itens, como energias renováveis, espaços de *coworking*, construção de edifícios verdes etc.

“As taxas de juros podem ter uma redução caso o Índice Iparides de Desempenho Municipal (IPDM-IPARDES) seja abaixo de 0,6, contribuindo para a redução das desigualdades (ODS 10). Para fomentar as ODS 4 e 11, os equipamentos sociais (educação, saúde e assistência social) tiveram prazo de financiamento e carência alongados em 120 e 24 meses, respectivamente”, explica Dalmaz.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Sedu) coordena e tem a Fomen-

to Paraná como agente financeiro e o Paranacidade, serviço social autônomo vinculado à pasta, como agente técnico. Desta forma é possível quantificar em qual ODS e em qual meta os recursos estão sendo aplicados. A agência também usa soluções de *Business Intelligence* para apoiar os gestores municipais em seu processo de gestão vinculado aos ODS; além de implantar o Banco de Boas Práticas e sensibilizar a inclusão da logo do respectivo ODS nas placas de obras que são financiadas pela Fomento Paraná.

O estado também estabeleceu metas. Em conjunto com a Sedu, o Paranacidade, a Companhia Paranaense de Energia (Copel) e a Green Building Council Brasil, foi criado um programa para transformar as escolas municipais de todo o estado em geradoras de energia elétrica fotovoltaica e qualificá-las para alcançar a condição de consumo zero de energia de origem externa.

“Num primeiro momento estabelecemos uma meta de financiamento para readequação energética e produção de energia elétrica solar em 180 escolas em seis municípios do estado. O passo seguinte é expandir a iniciativa para as quatro mil escolas do estado, para que elas gerem 100% de toda a energia necessária para a operação, tornando-as autossuficientes. Só em 2020 já temos um total de R\$ 266 milhões em financiamentos contratados nesse novo contexto, vinculado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A meta futura é contemplar toda a carteira do setor público, que hoje está em R\$ 951 milhões”, informa Dalmaz.

Pixabay

